



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº. , de 2021

(Do Sr. Eli Corrêa Filho)

Requer, nos termos do art. 32, inciso VI, alíneas c, e e p do Regimento Interno, a inclusão da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços no despacho apostado ao Projeto de Lei nº 107/2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Compete, nos termos do art. 32, inciso VI, à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, da qual sou membro titular, a competência para análise de proposições que tratem das atividades comerciais, setor econômico terciário (alínea c), de comércio exterior (alínea e), bem como matérias relativas à prestação de serviços (alínea p).

Como se pode observar, o Projeto de Lei nº 107, de 2020, trata de realizações comerciais eletrônicas nacionais e internacionais realizadas via comércio eletrônico.

Como bem salienta em sua justificção, a proposição atesta que grande parte das operações comerciais ocorrem por vias eletrônicas e os pagamentos são feitos mediante o uso do cartão de crédito (cerca de 67% delas).

Segundo dados do Comitê de Métricas da Câmara Brasileira da Economia Digital, o e-commerce brasileiro total cresceu 73,88% no ano de 2020. O comércio eletrônico nacional e internacional movimentou US\$ 26,7 trilhões, um marco que beneficia diretamente as exportações brasileiras.

O comércio, nacional ou internacional, depende da fluidez dessas vendas diante do grande volume de operações realizadas diariamente, estatísticas que se intensificaram ainda mais após o período de pandemia pelo qual atravessamos. O pagamento rápido é, portanto, essencial e estudos indicam o processo de check-out precisa ser fácil e ágil sob pena da transação não se concretizar.

O projeto de lei, por sua vez condiciona à prévia confirmação pelo consumidor de compra que ele próprio realizou utilizando cartão de crédito como





CÂMARA DOS DEPUTADOS

meio de pagamento, uma espécie de duplo fator de checagem, que poderá impactar diretamente na velocidade e fluidez do grande volume de transações e que pode repercutir sobre a operacionalização dessas interações comerciais e de prestação de serviços.

Prudente se faz, portanto, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços figure entre as comissões competentes para apreciar a matéria para avaliar os eventuais impactos da proposição sobre a atividade terciária, o comércio e a prestação de serviços.

Sala das Sessões, de maio de 2021.

Deputado Eli Corrêa Filho
DEM-SP

Apresentação: 01/06/2021 10:45 - Mesa

REQ n.1176/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eli Corrêa Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214591788300>



CD214591788300
LexEdit